



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

Sub-eixo: As particularidades da contradição capital x trabalho no capitalismo dependente

QUESTÃO AGRÁRIA & SOCIOAMBIENTAL, FACE A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA

MARIA P S R CHAVES¹

VANESSA ARAÚJO GALVÃO²

ANA PAULA PALHETA MELO³

ANDRÉIA PERES SILVEIRA⁴

Resumo

Este trabalho discute a questão territorial e socioambiental vivida pelos Povos Tradicionais na Amazônia, face ao processo de expansão do capitalismo, em suas formas de expropriação territorial e negação de direitos de cidadania. A pesquisa foi pautada pelo compromisso ético político voltado para construção de uma sociedade mais igualitária e justa.

Palavras-chave: Povos Tradicionais, Organização Sociocultural.

Abstract

This paper discusses the socio-environmental and territorial issues experienced by Traditional Peoples in the Amazon, in the face of the process of expansion of capitalism, in its forms of territorial expropriation and denial of citizenship rights. The research was guided by the ethical and political commitment to the construction of a more egalitarian and fair society.

Keywords: Traditional Peoples, Sociocultural Organization.

¹ Universidade Federal do Amazonas

² Universidade Federal do Amazonas

³ Universidade Federal do Amazonas

⁴ Universidade Federal do Amazonas

Introdução

Este trabalho apresenta a síntese das informações obtida em dois estudos de pesquisa que foram realizados com o objetivo de produzir conhecimento sobre a realidade dos povos tradicionais (ribeirinhos, varzeiros, extrativistas e pescadores), em seus territórios e no enfrentamento da crise socioambiental, mediante a expansão do capitalismo na Amazônia. Os subsídios técnicos científicos obtidos servem como instrumentos que são utilizados em ações de extensão junto a comunidades/povos tradicionais visando contribuir para fortalecer a autonomia e a capacidade de reivindicação de direitos. Dessa forma, a aplicação teórico-prática dos estudos além de tratar sobre o acesso às políticas públicas, fornecem instrumentalidade para lutar pela garantia e o avanço dos direitos sociais em prol da melhoria da qualidade de vida, da transformação social, da valorização identitária dos sujeitos em defesa da manutenção dos territórios, saberes e práticas laborais tradicionais na Amazônia.

Os estudos receberam apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Brasil – CNPQ, com os quais foram implementados diversos trabalhos de pesquisa, extensão, iniciação científica, graduação, pós-graduação em nível de mestrado e doutorado. Em seus limites, este trabalho apresenta um panorama geral, uma caracterização montada a partir dos estudos, mas sem especificar o detalhamento dos contextos particulares dos estudos que abrangeram comunidades dos municípios de Amazonas, Roraima e Pará. Os estudos revelam que, especialmente, nas comunidades mais remotas, as condições sociais encontram-se em condição de expressiva carência de acesso aos bens e serviços sociais (educação, saúde, assistência e previdência social, dentre outras), que são agravadas pelos impactos pretéritos e contemporâneos da expansão do capitalismo que usurpa de modo predatório territórios e destrói os ecossistemas de suporte à reprodução da vida.

Na sociedade contemporânea, reconhecida como Sociedade do Conhecimento (Castells, 1999), na qual, segundo Lyotard (1984): o conhecimento técnico científico é considerada como a principal força de suporte à produção. Deste modo, o modelo de ciência vigente, em sua maior parcela, serve como baluarte do capital na disseminação de suas ideologias e na perpetuação de seus domínios. Pois, é mister reconhecer que desde seus primórdios a sociedade capitalista avançou fortalecida pela parceria com a ciência. Haja vista, o papel da Revolução Industrial que ocorreu na segunda metade do século XVIII, tendo como berço a Inglaterra, que apoiada no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

processo de acumulação do capital instaurou os marcos de expansão da sociedade do capital. Todavia, faz-se necessário distinguir que no tempo presente, essa associação intensificou-se, avançando por diferentes continentes, mudando a dinâmica de vida pela implantação pervasiva de processos produtivos que exacerbam a crise socioambiental que afeta a humanidade em proporções de uma crise civilizatória/humanitária. (Chaves, 2018).

Na cana da modernidade na região Amazônica, dinâmica do novo paradigma técnico produtivo a 4^a. Revolução Tecnológica serve para aprofundar a lógica histórica de ocupação dominial, sob o fluxo entre precariedade e/ou ausência da implementação de políticas públicas para atender às necessidades dos povos amazônicos. Essa condição ocasiona a limitação ao acesso aos bens e serviços básicos para as comunidades formadas por povos originários e tradicionais implicando numa velada negação de direitos humanos e sociais, sob a justificativa dos impedimentos gerados pela logística complexa.

No entanto, vale ressaltar que esses povos, deixados à própria sorte, constroem alternativas e formas de (r)existência para manutenção da vida, da cultura e de resguardar suas identidades políticas, sob a égide histórica de resiliência/adaptação e saberes sobre a dinâmica dos ecossistemas do Bioma Amazônica, cujos registros históricos atestam a existência destes povos há pelo menos 12 mil anos na região. No contexto do debate sobre as formas de organização social, de corte tradicional, que se diferenciam, em sua ordem societal, da lógica de produção e consumo da sociedade capitalista, depara-se com a premente necessidade de ampliação e aprofundamento da discussão sobre as formas de organização dos povos tradicionais na Amazônia. Nesta empreitada constata-se que os estudos sobre populações tradicionais, em sua maioria, são realizados na área de Antropologia (Cultural e Indígena), contudo, desde meados do século XX passou a espalhar-se pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

A inigualável riqueza da sociobiodiversidade da Amazônia, a expõe aos riscos da ganância, tornando-a o símbolo do desafio ecológico (Becker, 2010), um dos principais focos da questão socioambiental vigente na contemporaneidade. Ao longo da história, as marcas indelévels da colonização foram sendo agravadas pela força das políticas de integração. Estas impuseram à região uma modernidade devassadora, que afeta o cerne das formas de organização socioculturais tradicionais. E, por fim, vive-se uma globalização que desintegra as culturas e aprofunda a pauperização de extensos segmentos locais.

1. A expansão do capitalismo na Amazônia

[...] o homem nativo vivia em relação de complementaridade com a natureza, dela tirando o necessário à sua sobrevivência. [...] nos espaços rurais da Amazônia, natureza e homem são partes integrantes de uma mesma realidade, na qual a propriedade da terra é condição preliminar do trabalho sobre ela (Nascimento, 2012, p. 175 e 177).

Para Gonçalves (2012), a Amazônia sempre foi vista como uma reserva de recursos, os quais em sua maior parte são sempre usufruídos nos contextos externos à região, ficando os povos e as comunidades locais à margem do processo de divisão das riquezas geradas. De tal maneira que considera-se nas mais variadas narrativas que:

[...] a Amazônia nunca é presente, mas sempre o futuro que será redimido pelos seus recursos imensos, reais e imaginários. Assim a Amazônia nunca é; é sempre o vir-a-ser. E esse vir-a-ser nunca é o vir-a-ser das suas populações que, na região, constroem no seu dia-a-dia suas vidas, suas histórias, seus espaços, suas culturas. Ao contrário, é o vir-a-ser daqueles que vêm a região pelo seu potencial de exploração futura. É, na verdade, uma reserva de recursos (Gonçalves, 2012, p. 25).

Na mesma lógica, Loureiro (2022, p. 12) destaca que, desde os tempos de colonização até os dias atuais, a Amazônia brasileira é vista como “um locus de exploração de matéria-prima de toda ordem”. Essa lógica esteve presente em todo o processo de desenvolvimento da região, pois, o desenvolvimento da Amazônia ocorreu por meio dos chamados ciclos econômicos: o primeiro se refere às “drogas do sertão” (séculos XVII e XVIII); o segundo corresponde ao “ciclo agrícola” (séculos XVIII e XIX); e o terceiro se refere ao “ciclo da borracha” (séculos XIX e XX). Acentua-se que em todos esses ciclos econômicos, os povos tradicionais e originários foram forçados/explorados pelas elites locais, nacionais e internacionais para atuar para o favorecimento do crescimento econômico, imprescindível para a expansão do sistema.

De modo incontestável, a dinâmica histórica de constituição da região expressa a contradição da gênese da riqueza que se expande, ao mesmo tempo, pela geração de profundas desigualdades sociais. Esse fato remete às características do capitalismo, que atua sob a máxima da exploração da força de trabalho para obtenção da mais valia; assim, ao mesmo tempo que produz riquezas, é gerador de pobreza (Marx, 2013). O entendimento desse movimento contraditório do capital também é percebido por Teixeira (2009) quando ela afirma que a vocação da Amazônia é a abundância, contudo o sistema capitalista introduziu a escassez.

Sobre as relações sociais e produtivas na Amazônia, Chaves (2001) afirma que as relações predominantes eram de cunho comunais, de igualdade, de trocas, baseadas em um sistema tradicional de não exploração. A partir do momento em que o primeiro colonizador adentrou a região amazônica, trouxe consigo a lógica do sistema colonial explorador, introduzindo

a idéia de mercantilização da força de trabalho, numa busca incessante de alterar todas as relações vigentes no contexto Amazônico.

Cardoso e Muller (2008) denominam esse processo como expansão das relações de produção na Amazônia. Segundo esses autores, houve uma combinação entre a modernização das relações de produção e a preservação das estruturas pretéritas de poder existentes na região. Desse modo, a expansão das relações capitalistas na Amazônia não eliminou por completo as formas tradicionais de produção e organização social, mas sim as transformou e as subordinou, moldando-as aos ditames e dinâmica do mercado. Esses autores argumentam, ainda, reconhecendo esse processo como modernização conservadora, que se configura como uma estratégia dos setores dominantes para manter o controle sobre a região, e garantir a expansão das relações capitalistas, auferindo benefícios e oportunidades de lucro, proporcionadas pela exploração dos recursos da biodiversidade regional.

Santos (2018) afirma que a inserção da Amazônia na política de desenvolvimento do Estado brasileiro ocorreu a partir da Constituição Federal de 1946, que previa o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o qual se efetivou através da Lei nº 1.806, de 06 de janeiro de 1953, sancionada por Getúlio Vargas. A partir desse aparato jurídico-administrativo, foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com poderes para coordenar, no plano nacional, todos os órgãos públicos que atuassem na região.

No contexto da ditadura civil-militar, instaurada a partir dos anos de 1964, o desenvolvimento da Amazônia é fruto de uma política de ocupação territorial pensada estrategicamente para atender aos interesses capitalistas durante o período de expansão da economia. Nesse período, sob esse viés, foram ampliados os processos de produção da agricultura familiar, da pecuária e do extrativismo vegetal e animal, não para atender à necessidade de subsistência das famílias, mas sim às necessidades dos mercados nacional e internacional; para tanto, foram desenvolvidos diversos programas e projetos cujo principal objetivo era proporcionar a consolidação do sistema capitalista na região.

Outrossim, Santos (2018) explica que, a partir de 1966, o Plano de Valorização Econômica - que antes se estruturava numa previsão de associação entre o capital estatal e o capital privado nacional - passou por profundas modificações, haja vista que a Lei nº 5.173, de 27/10/1966, privilegiou a presença do capital privado, nacional ou estrangeiro no plano regional, delimitou o papel do Estado à criação de condições infraestruturais à pesquisa e ao planejamento que dessem as bases para os investimentos do setor privado. Em 1967, através da Operação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Amazônia, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em substituição à SPVEA. De acordo com Ianni (1989), o objetivo da SUDAM de implementar e dinamizar uma política de diversificação produtiva nas atividades econômicas, para tanto, foi criado o Banco da Amazônia (BASA). Todavia, na verdade tais medidas geraram abalos inevitáveis às organizações produtivas tradicionais, pois essas instituições atuaram de forma articulada para apoiar empreendimentos públicos e privados sob a concessão de incentivos fiscais e financeiros para atrair investidores privados, nacionais e internacionais.

Nos marcos das estratégias desenvolvimentistas, outra instituição que se destaca nos anos de 1970, foi Programa de Integração Nacional (PIN), criado pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970, tendo como principal finalidade “financiar o plano de obras de infraestruturas nas regiões compreendidas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM e promover sua mais rápida integração à economia nacional” (Cardoso; Muller, 2008, p. 97). Os autores destacam que a primeira etapa do PIN fomentou a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, o Plano de Irrigação do Nordeste, além de financiar a colonização e a exploração econômica das áreas desapropriadas ao longo das referidas rodovias. Melo (2006, p. 27) indica que o PIN “foi um mecanismo financeiro para viabilizar a ocupação e integração da região ao país, e gerou inúmeras alterações nas paisagens amazônicas, marcadas pelos fluxos de população, pelas novas atividades e pelo desmatamento”.

A marca desse impulso foi a publicidade que envolveu a construção da Transamazônica e outras estradas, com o objetivo de atrair um número maior de colonos. As políticas de atração de migrantes foram adotadas como estratégia principal, tendo sido primordial para a ampliação do novo fluxo de pioneiros para os estados da região. Vale ressaltar que todas as políticas editadas buscavam difundir o ‘sonho de ascensão social’ nos migrantes de outras regiões do país, apontando para possibilidade de virem a se tornar proprietário de terra (Melo, 2006, p. 30).

Na mesma perspectiva Melo (2006), corrobora com Ianni (1989), ao afirmar que o movimento de expansão do capitalismo na Amazônia esteve aliado à construção de rodovias Transamazônicas, que objetivavam ligar a Amazônia ao restante do Brasil, tais como: BR 319, que liga Porto Velho a Manaus; BR 174, Manaus-Caracará; BR 364, ligando a região centro-oeste, Porto Velho-Cuiabá; BR 165, Cuiabá-Santarém. Todas essas rodovias impulsionaram a migração de pessoas de diversas regiões do país. Essa dinâmica de integração e desenvolvimento acelerou a expansão do capitalismo na Amazônia e, ao mesmo tempo, acentuou a migração espontânea



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

de trabalhadores rurais, latifundiários, grileiros, fazendeiros e empresários, que viam nas terras devolutas e nas terras indígenas uma possibilidade de acesso à terra.

O movimento relevante nesse processo é que a “Amazônia foi vista como solução para as pressões sociais internas advindas da expulsão de pequenos produtores do Nordeste e do Sudeste pela modernização da agricultura” (Melo, 2006, p. 26), contribuindo para mitigar a possibilidade de reforma agrária no centro-sul do país. Outros importantes órgãos e programas foram criados, tais como: o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária (INCRA); o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA); o primeiro e o segundo Planos Nacionais de Desenvolvimento para a Amazônia, nos períodos de 1971-1974 e 1975-1979, respectivamente. Em 1967, através do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), órgão responsável por administrar a Zona Franca de Manaus. Cardoso e Muller (2008, p. 100) destacam a função da SUFRAMA:

[...] elaborar o plano Diretor da área (10000km² à margem esquerda dos rios Negro e Amazonas) e promover seu desenvolvimento diretamente ou mediante convênio com outras entidades públicas ou privadas. O objetivo principal é integrar a Amazônia ocidental ao resto do país, mediante a criação de um centro industrial e agropecuário. Para tanto, estabeleceram-se nesta área condições fiscais especiais (isenção de imposto sobre produtos industrializados - IPI; imposto de circulação de mercadorias - ICM; imposto de importação e exportação), procurando facilitar o comércio tanto com o exterior quanto com o sul do país.

Durante todo o período da ditadura civil militar (1964-1985), o Estado “adotou o planejamento como retórica e técnica de governo” (Ianni, 1989, p. 27); tal técnica apresentava-se sob o manto da neutralidade e da capacidade de aprimorar o desenvolvimento do país, ao tempo em que “não influenciava as forças de mercado e a liberdade” (Ianni, 1989, p. 27). Contudo, o objetivo desse discurso era muito claro: “tratava-se de fortalecer o aparelho estatal - basicamente o Poder Executivo - de modo a favorecer, orientar e dinamizar a acumulação privada do capital” (Ianni, 2019, p. 27-28). Vale ressaltar que Marx e Engels (2002, p. 42), já apontavam em seus estudos o papel do Estado na sua relação com a burguesia, qual seja: “o executivo no estado moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa”. Todos os planos desenvolvidos pelo regime tecnocrático tinham esse viés, como é possível observar no Quadro 2, onde estão relacionados os programas, diretrizes, planos e metas e seus respectivos objetivos

Quadro 2 - Descrição dos planos e programas implantados durante a Ditadura Civil-Militar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Programa, Diretrizes, Planos e Metas e períodos	Síntese dos objetivos
Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966)	Conter a inflação, acelerar o crescimento do país, criando condições econômicas para o desenvolvimento da livre empresa e das forças de mercado.
Diretrizes de Governo de Arthur Costa e Silva (1967-1969)	Fundamentar a política econômica do governo, orientando acerca do fortalecimento da empresa nacional e internacional.
Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976)	Programar os orçamentos nas esferas federal, estadual e municipal, projetando o investimento no âmbito de atuação da rede privada.
Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968- 1970)	Apontava no mesmo sentido que os demais, consolidando a função do Estado na acumulação capitalista.
Metas e Bases para a Ação do Governo Médici (1970- 1971)	Estabelecer um “modelo de desenvolvimento brasileiro”, com ideias como ‘milagre econômico’, ‘Brasil potência’ e integração nacional.
I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972- 1974)	Aprofundar o processo de modernização das instituições e de repressão à oposição, visando à acumulação capitalista imperialista (discurso de segurança nacional, interna e externa).
II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975- 1979)	Manter as contradições sociais graves, com a política econômica, a superexploração e a repressão.
III Plano Nacional de Desenvolvimento (1980- 1985)	Combater a inflação e reduzir a dívida externa, com o governo mantendo o compromisso com o capital monopolista ao privatizar empresas estatais.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, com base em Ianni (2019, p. 30-42).

Para impulsionar o processo de expansão das relações capitalistas na região, o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) implantou a política de povoamento da região fundamentando-se no discurso de ‘preencher os espaços vazios’. Para Zart (2005, p. 61), esses espaços estavam vazios da “presença dos três elementos básicos constituintes das relações capitalistas de produção: o trabalhador, o capital e o trabalho”. Nessa perspectiva, os espaços deveriam ser preenchidos por pessoas capazes de produzir capital, ou seja, sujeitos com condições de transformar a natureza pelo trabalho; no entanto, esse trabalho seria nos moldes das relações capitalistas, gerando subordinação. Marques (2007, p. 40) defende que:

A região não é considerada um vazio demográfico apenas por ser despovoada no sentido estrito da palavra, mas por ser povoada, principalmente, por comunidades indígenas. Neste sentido, o vazio a que se referem os estudos que consolidam esta visão sobre o espaço amazônico, é o vazio de uma população comprometida com a preservação da soberania brasileira sobre a região.

Segundo a lógica predominante, como a Amazônia já estava habitada por povos tradicionais e originários, era preciso incorporá-los ao mercado econômico. Assim, o discurso de espaços vazios deve ser visto como uma estratégia do capital de moldar o espaço geográfico, segundo seus interesses econômicos. Nesse movimento, o capitalismo amparado pela conivência do Estado Ditatorial negou os direitos dos povos aqui já existentes, conforme diz Gonçalves (2012, p. 38):



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

[...] sempre se ignoram as populações amazônidas, particularmente os indígenas, caboclos e demais trabalhadores agroextrativistas que, desse modo, não são contemplados devidamente nas diversas perspectivas de desenvolvimento para a região, preferindo-se falar de um vazio demográfico (e cultural).

Nessa mesma lógica, Peripolli (2008, p. 58) afirma que:

[...] o índio, o posseiro, o ribeirinho, o agricultor familiar camponês, etc., não interessavam, como não interessam, hoje, ao capital. Suas “mentalidades”, ou seu “modus vivendi” não “empreendedorista”, ou por não serem “competentes”, fez com que ficassem à margem das políticas agrárias, agrícola e também educacional. Portanto, estes sujeitos sociais, transformados em objetos, são vistos como incapazes para o exercício das funções requeridas pelo capital.

Durante a expansão capitalista, a propriedade da terra foi o elemento central; logo, a busca por mercantilização da terra gera expropriações. Sobre esse processo de mercantilização, Cardoso et al. (2021) afirmam que a terra é um tipo de mercadoria que não se reproduz, nem se recria, mas é capaz de gerar renda por si só e, dependendo de sua condição, tamanho, localização e forma de exploração, é possível extrair renda fundiária e mais-valia. Por esse motivo, a terra representa poder e é tão requisitada pelas elites. Cardoso et al. (2021, p. 281) afirmam que:

[...] o processo de configuração da ‘terra como mercadoria’ na sociabilidade brasileira de capitalismo dependente, profundamente submetido ao capital imperialista, vê-se pelos registros historiográficos que, no início da invasão portuguesa, a terra era bem natural de uso coletivo-comunal pelos povos indígenas que ocupavam todo o território e não se encontravam delimitados às fronteiras do que era dominação colonial espanhola ou portuguesa. Com a invasão lusitana todo território foi declarado domínio da Coroa Portuguesa, que durante os primeiros séculos concedeu o poder de ocupação e uso para fins de povoamento e exploração, através do sistema sesmario, para pouquíssimos sujeitos abastados, cristãos e com poder econômico para empreender atividades como a constituição de engenhos, o que também pressupunha o uso da força de trabalho necessária que foi obtida pela escravização indígena, primeiramente, e, posteriormente, através da escravização de negros e negras africanos/as, em larga escala e ao longo de séculos.

Esse modelo de desenvolvimento tornou a Amazônia “uma fronteira de commodities (madeira, minérios, gado, dendê, palma, [...] soja e outros produtos da soja)” (Loureiro, 2012, p. 532). Os povos tradicionais e originários encetaram lutas pela conquista de políticas públicas contra hegemônicas face à lógica de acumulação do capital na região, que moldou uma cadeia impactos e consequências perversas com desmatamento de áreas destinadas à conservação, expropriação das terras (pequenos produtores, povos indígenas e tradicionais) pela infraestrutura

de grandes projetos (hidrelétricas, madeireiras, mineradoras) para intensificar a exploração de mais-valia.

Na cena contemporânea, sob um olhar analítico crítico, faz-se notório o acentuado grau de aprofundamento e de complexidade dos problemas que permeiam os modelos de desenvolvimento social vigente. As múltiplas expressões da questão social denotam contradições, demarcações e fronteiras impostas pelo modo de produção e consumo na sociedade capitalista. Os processos de degradação ambiental, desintegração cultural e social derivam do célere e intenso processo de desenvolvimento da sociedade urbana-industrial, agravado pela globalização da economia, sob os liames do capital financeiro, e pelo perfil (ultra)neoliberal ostentado pelos Estados nacionais. Essa configuração, sob diferentes pontos de vista, geram um ônus de insustentabilidade, demarcando na cena contemporânea o signo de uma crise humanitária (Chaves, 2024).

A saga da nova era do monopolismo global, a nova ordem pautada pelo capitalismo financeiro, impulsiona o novo paradigma técnico produtivo a 4ª. Revolução Tecnológica (robótica, microeletrônica, informática, inteligência artificial, metaverso e outros) que reduzem a demanda de trabalho vivo ao trabalho passado incorporado aos meios de produção (Chaves, 2024). Face a tal panorama, aos povos tradicionais a sociedade contemporânea mantém ativos diversos reptos indissociáveis entre si que requerem medidas urgentes, em prol da valorização e conservação dos territórios e saberes tradicionais, que orientam uma nova sociabilidade política entre sociedade-natureza em níveis interativos e de respeito entre si e com os ecossistemas naturais.

2. Povos e Comunidades Tradicionais: conflitos, resistência em prol da cidadania

Desde o período colonial, a região foi marcada pela exploração tanto dos povos quanto da natureza. Nascimento (2012, p.175) afirma que “o homem nativo vivia em relação de complementaridade com a natureza, dela tirando o necessário à sua sobrevivência”. Mas, a chegada dos colonizadores europeus, especificamente dos portugueses, foi marcada pela violência e desintegração da “identidade cultural indígena, através das tropas de resgates, aldeias, missões, reduções, cataguases, queimas de malocas, dízimos e trabalho civil” (Benchimol, 1999, p.21).

Esses acontecimentos resultaram no Etnocídio (perda da identidade sociocultural) e Genocídio (extermínio físico de grupos sociais) de povos tradicionais e originários. Mas, em contraposição ocorreram manifestações de resistência e luta pelo direito à vida e à cidadania. O termo povos/comunidades tradicionais expressa essa dinâmica histórica abrigoando inúmeras

controvérsias no âmbito acadêmico-científico e entre os movimentos sociais, trata-se de uma categoria em processo de construção.

No Brasil, a construção teórico-conceitual do referido termo emergiu vinculada ao debate sobre as questões socioambientais, sendo na atualidade associada e, principalmente, referenciada nos trabalhos sobre desenvolvimento orientado por princípios de sustentabilidade (Chaves, 2024). Em 2007, como expressão das lutas e organizações sociais disseminadas pelo Brasil, e de modo particular na Amazônia, o Decreto nº 6.040 (7/2/2007) instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais que conceitua povos tradicionais como grupos com culturas distintas (singular/particular) que se identificam e são reconhecidos como detentores de formas sócio-organizacionais próprias, ocupantes de territórios e usufrutuários de recursos naturais, como condição para sua reprodução sociocultural, religiosa, ancestral e econômica, portadores de saberes e práticas originados e transmitidos pela tradição. Essa conceituação abrange povos originários (etnias indígenas) e povos tradicionais (ribeirinhos, quilombolas, varzeiros, pescadores, extrativistas _ seringueiros, castanheiros, babaqueiras _ entre outros). Essa política ordena suas ações em quatro eixos estratégicos: acesso aos territórios tradicionais e aos recursos naturais; infraestrutura; inclusão social; e fomento à produção sustentável.

Entre os povos originários que vivem no Bioma Amazônico predomina uma relação orgânica de conservação da vida social, dos territórios, das águas, da fauna e flora, via manejo dos recursos a partir do respeito ao ritmo e aos ciclos dos ecossistemas. Mas, desde a ascensão da burguesia Européia, a imposição de seus domínios territoriais foi demarcada pela exploração forçada dos recursos naturais e dos povos (Nascimento, 2012). Essa forma de domínio impôs a expropriação territorial e das condições sobrevivência (Etnocídio e Genocídio), com poucos registros na história, gerou uma ampla redução dos contingentes populacionais.

Dentre os sobreviventes, extensa parcela foram impelidos a se refugiarem no meio urbano, cuja presença é marcada pelo racismo ambiental, ou seja, marginalizadas e inferiorizadas pela segregação das populações pretas e/ou remanescentes de quilombos, indígenas desaldeados, entre outros, que além de serem afetados pela discriminação e xenofobismo são alojados em áreas degradadas, sob forte risco social e ambiental (enchentes, poluição, falta de saneamento básico, doenças e outros agravos). Essas populações vivenciam a violação de seus direitos (sociais, políticos, trabalhistas). As transformações na estrutura das cidades, assim como na área rural, na Amazônia a precariedade/carência de políticas públicas são agravadas pela conjuntura



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

econômica neoliberal, que amplia e aprofunda, contribuindo, dessa forma, para um processo de empobrecimento generalizado desse contingente populacional.

Os segmentos que permanecem na hinterlândia da Amazônia enfrentam um conjunto complexo de situações adversas mediante os ditames da modernização capitalista pela apropriação/extração dos recursos naturais para transformá-los em produtos de exportação (*commodities*) para obter maior valor de troca. Para tal, a questão socioambiental vai sendo intensificada pela reprodução de suas mais diversas expressões, como: a desigualdade social, a pobreza, a fome, todas as formas de preconceito, limitação no acesso aos seus direitos sociais e políticos. Pois, os conflitos socioambientais têm múltiplas manifestações: usurpação territorial; depredação dos ecossistemas aquáticos (poluição dos rios e seus tributários), da fauna, desmatamento florestal formando pastagens degradadas. Estas ocasionam intensos impactos sobre a dinâmica das relações sociais, de maneira particular, nas de cunho tradicional.

Para Nascimento (2012, p.185), o processo produtivo predominante, sustenta o sistema capitalista, pois as “empresas transnacionais aqui instaladas pelos incentivos fiscais e outros benefícios do período de desregulamentação, privatização e flexibilização, passaram a organizar a produção de matéria prima a baixo custo”. Deste modo, os projetos de desenvolvimento orientados pelo crescimento econômico, em geral, desprezam seus impactos ambientais. Teixeira (2009, p.31-32), enfatiza que

[...]na Amazônia o desafio da apropriação da riqueza e de sua redistribuição exige a superação da subalternidade em que a região está submetida às relações econômicas e políticas nacionais e internacionais, exige a superação do latifúndio, a garantia das terras indígenas, do território coletivo dos povos da floresta, exige que seja sustada a devastação do meio ambiente, a poluição de nossos piscosos rios e o desaparecimento de nossa biodiversidade.

Na região, em face ao modelo de exploração da sociobiodiversidade (povos/cultura e natureza) instaura-se de maneira frontal e crítica um conflito entre a racionalidade das culturas dos povos e comunidades tradicionais (PCT), cujas relação laborais não se coadunam com o padrão capitalista. Pois, os PCTs, na gestão dos recursos naturais atuam respeitando os ciclos da natureza, sem que haja uma dependência da lógica/racionalidade do mercado, para o qual o resultado trabalho é uma mera mercadoria, que resulta da subordinação do assalariamento da força de trabalho. Em vista disso, há um elemento crucial que permeia as práticas dos PCTs que é o delineamento dos domínios territoriais, tratado como porção da natureza, espaço de sociabilização a partir de práticas sustentáveis para conservação visando a reprodução da vida, marcada pelo reconhecimento da sociobiodiversidade em todas suas expressões (social,

econômica, cultural e ecológica), cujas relações sociais, em seus fundamentos, são orientadas pelas representações, mitos e símbolos interpretativos dos ciclos da natureza. Nesta dinâmica forjam-se ao longo da história de existência destes povos relações igualitárias e solidárias.

As diferentes modalidades de organização sociocultural tradicionais que abrange uma diversidade de comunidades e povos como ribeirinhos, varjeiros, extrativistas (balateiros, castanheiros, juteiros, pescadores, quebradeiras de côco, quilombolas), vão sendo fortemente afetadas pelos impactos, como resultado de um processo histórico de dominação e exploração pelos colonizadores europeus, que chegaram em solo brasileiro impondo suas vontades sobre esses sujeitos sem considerar suas tradições e seus costumes, saberes sobre a vida social, da fauna e flora, transmitidos de geração em geração.

No que tange a implementação das políticas sociais, com destaque para Assistência e Previdência Social para os povos/comunidades tradicionais, os estudos permitiram identificar as particularidades e os desafios enfrentados na busca de acesso aos benefícios sociais, sob a justificativa falaciosa de que os limites de acesso devem-se à logística complexa na região. Assim, percebe-se que a elegibilidade aos serviços decorrentes dos direitos sociais previstos na Constituição Federal de 1988, em razão do trabalho nas comunidades tradicionais ser realizado sem registro formal dificulta a comprovação do tempo de serviço para a aposentadoria, além de criar barreiras ao acesso aos benefícios previdenciários. A falta de registro formal das atividades laborais ocorre em função da organização do trabalho ocorrer baseada na dinâmica de cada grupo doméstico familiar que em conjunto formam as comunidades locais.

Por reconhecer que as políticas de Assistência e Previdência Social são fundamentais para a promoção da justiça social e para a redução das desigualdades, sendo de suma importância avaliar sua eficácia e alcance em regiões remotas e de difícil acesso. Ao mapear a implementação dessas políticas, buscou-se entender como os comunitários percebem e usufruem desses direitos sociais, garantidos pela Constituição Federal. Esse enfoque permitiu um olhar crítico sobre a adequação das políticas nacionais às especificidades dos povos/comunidades tradicionais, contribuindo para a formulação de estratégias de extensão mais inclusivas e efetivas.

As atividades laborais em comunidades tradicionais requerem condições de trabalho que diferem significativamente das encontradas em contextos urbanos. As jornadas dos produtores são, frequentemente, mais longas e exigem esforço físico. Os produtos do trabalho são: parte prioritária para subsistência dos grupos domésticos familiar; outra parte é destinada para troca e/ou venda para obter renda para adquirir as mercadorias que necessitam e são produzidas em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

contextos externos. A renda dos produtores varia em função de diversos fatores: o volume e a escala de produção, o respeito aos ciclos das águas, de reprodução da flora e da fauna e das regras de conservação da natureza transmitidas de geração a geração. O padrão de produção tradicionais, mediante os ditames da sociedade de consumo, são afetados pelas mudanças climáticas causadas pelos impactos e pelas flutuações de mercado.

A abordagem das políticas sociais desconhecem as especificidades das atividades rurais na região Amazônica, como a sazonalidade do trabalho agrícola, a variabilidade de renda e as diferentes necessidades de saúde e segurança. Mediante tal constatação entende-se que são muitos os desafios para combater as expressões da questão socioambiental e agrária na região amazônica. De acordo com as observações de Barbosa (2008), os trabalhadores rurais, legalmente classificados como agricultores em regime de economia familiar, enfrentam uma decisão crucial em relação ao sistema previdenciário. A questão central reside na escolha entre a adoção de um sistema previdenciário universal, que abranja tanto trabalhadores rurais quanto urbanos, ou a opção por um regime especial que atenda às peculiaridades da atividade agrícola. Considera-se que o enfrentamento dos conjunto de reptos vigentes depende tanto do Estado quanto da sociedade, que precisam firmar alianças objetivando encontrar formas de superação às imposições predatórias realizadas pelo capital nessa região.

Os estudos realizados integram informações que fornecem um panorama das dificuldades enfrentadas pelos PCTs em acessar e usufruir das políticas públicas. Enquanto, os PCTs vivenciam dificuldades bem mais complexas para serem atendidos com a viabilização desta informações, identificou-se que em relação ao contingente de pessoas com idade para usufruir da aposentadoria apenas 1/3 consegue fazê-lo.

A história da Amazônia sempre foi contada pelo colonizador, os povos tradicionais e originários (etnias indígenas), historicamente, foram silenciados para não expressar seus saberes e modos de vida. Na atualidade eles defendem que as ações em prol deles deve necessariamente tê-los juntos, assim, dentre as ações do projeto foram implementadas ações afirmativas de cidadania voltadas para gerar informações de caráter didático com a produção de informativos e cartilhas sobre as garantias dos direitos sociais, com orientações sobre o acesso à Previdência Social e à Assistência Social para os PCTS. Cujo processo de elaboração do material resultou de uma produção coletiva entre pesquisadores e comunitários que fizeram sugestões de texto, imagens e sequências de narrativas para tornar acessível os conhecimentos produzidos. A outra ação relevante, foi o apoio para a participação e apresentação das demandas identificadas em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

diferentes fóruns, projetos e mobilizações encetadas pelos PCTs. Do mesmo modo, a participação em instâncias de discussão de políticas de Estado (conferências, encontros e outros) foram mapeadas e a participação de representantes dos movimentos dos PCTs apresentaram sua posições e narrativas. Desta forma assumindo o papel primordial nessas lutas, pois apesar das contradições vigentes nas instâncias das políticas públicas, estas devem ser espaço de escuta e manifestação das demandas substanciais dos que são invisibilizados pela sociedade.

A busca pelo direito de acesso à Assistência Social, juntamente com o acompanhamento para benefício socioassistencial, representa uma longa jornada para as comunidades de povos tradicionais. A trajetória de acesso é essencial para PCTs, pois as dificuldades enfrentadas refletem a necessidade de comprovar suas origens e lutar pela cidadania em seus territórios, visando garantir acesso às políticas públicas cruciais para sustentabilidade de seus modos de vida. É imperativo que o Estado reconheça suas necessidades e proporcione infraestrutura e programas adequados que assegurem sua dignidade e bem-estar. Nesta tarefa, este estudo buscar contribuir com seus ativos acadêmicos e intelectuais para subsidiar novos debates, estudos e ações voltadas para geração de políticas coerentes e capazes de responder às necessidades e interesses dos amazônidas.

A partir da base de conhecimentos sobre a conjuntura presente, obtido a partir de um balanço crítico dos limites e retrocessos ocorridos, faz-se necessário atuar com coerência e compromisso em ações e propostas coerentes com as necessidades de fortalecer as ações de cidadania; como ato político que associa as práticas sociais e as políticas delineando perspectivas para construção de um futuro com protagonismo social. Posto que, os estudos, pesquisas e práticas de extensão podem contribuir com o compromisso de construção de novos fundamentos teórico-práticos e ético-políticos que possam fortalecer as formas de (r)existência e de utopia emancipatória almejada para/pelos povos da Amazônia.

3. Considerações Finais

Na sociedade do conhecimento, para além do saber técnico científico, faz-se necessário reconhecer as diferentes formas de saberes investindo na formação de competências técnica habilitadas para atuar mediante os desafios de respeitar as singularidades dos PCTs, na afirmação da cidadania como condição fundamental para avançar em direção à soberania que assegure o direito aos serviços sociais como premissa fundamental. A edição de políticas públicas, que reconheçam as diferenças entre os povos no país, pode proporcionar uma plataforma equitativa de proteção social, que garanta aos trabalhadores acesso a benefícios



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

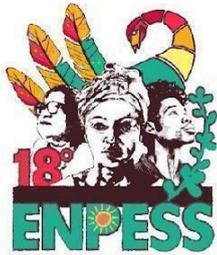
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

similares, independentemente de sua ocupação, localização ou etnia. Assim, um regime especial de Previdência e Assistência Social que considere as peculiaridades da diversidade de atividade laborais pode oferecer uma solução mais adequada às realidades dos trabalhadores rurais/tradicionais. Esse regime poderia incluir critérios de elegibilidade que reconheça o trabalho informal e a contribuição indireta para a economia familiar. Poderia prever benefícios adicionais que atendam às necessidades específicas dos agricultores/PCTs, de assistência em períodos de entressafra e programas de apoio à saúde ocupacional.

A conclusão desta análise ressalta a urgência de políticas públicas mais inclusivas e adaptadas às especificidades das comunidades tradicionais, o sistema previdenciário ativo, que considera as particularidades das atividades agrícolas e rurais é fundamental para promover justiça e equidade social.

Referências

- BARBOSA, A. F. A formação do mercado de trabalho no Brasil. S P: Alameda, 2008.
- BECKER, B.K. Novas Territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. Bol.Mus. Pará. Emílio Goeldi. Cienc.Hum. Belém. v. 5, n. 1, p. 17-23. 2010.
- BENCHIMOL, S. Amazônia: formação social e cultural. Valer Editora, 1999.
- CASTELLS, M. Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. SP, Paz e Terra, 1999.
- CARDOSO, I. C. C. Et al. Diretrizes curriculares e produção de conhecimento sobre questões agrária, urbana e ambiental. Temporalis, Brasília (DF), ano 21, n. 42, p. 277-292, jul./dez. 2021.
- CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G. Amazônia: expansão do capitalismo. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.
- CHAVES, M. do P. S. R. Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIREC, Campinas, 2001.
- CHAVES, M. do P. S. R. Pobreza x Inclusão social, dilemas e desafios políticos, social e ambiental. Revista ESMAT, Palmas, V.10, N.15, 2018.
- CHAVES, M. do P. S. R; ALMEIDA, A.L.S; CHAVES, J.M.R. Tecnologias Sociais para inclusão Social em comunidades tradicionais na Amazônia. Revista Inclusão Social, Brasília (DF), V. 17, N.2, p.59-59, 2024.
- GONÇALVES, C. W.P. Amazônia, Amazônias. São Paulo: Contexto, 2012.
- IANNI, O. Ditadura e agricultura. RJ: Editora civilização brasileira S.A. 2ªed. 1989.
- LYOTARD, Jean-François. Condição Pós-moderna: um relatório sobre o conhecimento. Universidade de Minnesota Press.1984.
- LOUREIRO. V. R A Amazônia no Século 21: novas formas de desenvolvimento. Revista Direito GV. S P, v 16, p. 527-552, 2012.
- LOUREIRO. V.R A Amazônia Colônia do Brasil. Manaus: Editora Valer, 2022.
- MARX, K; ENGELS, F. Manifesto Comunista. S P: Boitempo Editorial, 2002.
- MARX, K. O Capital - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. SP: Boitempo. 2013.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- MARQUES, A. A. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese de Doutorado PPG de Ciência Política/ USP, 2007.
- MELO, J. A.T (org.). Reforma Agrária quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil. Brasília: Gráfica do Senado. 2006.
- NASCIMENTO, N. S. F. A Questão Agrária, Urbana e Ambiental na Amazônia Brasileira: notas para o debate. N.24. Temporalis: Brasília, 2012.
- PERIPOLLI, O. J. Expansão do capitalismo na Amazônia mato-grossense: a mercantilização da terra e da escola. Tese de Doutorado PPG-E /URGS, 2008.
- SANTOS, L.F.S. Entre o mágico e o cruel: a Amazônia no pensamento marxista brasileiro. 2018, 331f. Tese de Doutorado/UNICAMP. Campinas. 2018.
- TEIXEIRA, J. B. O desafio da Inclusão Social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: Questão Social na Amazônia. SCHERER, E. (Org.) Edua: Manaus, 2009.
- TEIXEIRA, J. B. O desafio da inclusão social no cenário atual brasileiro e amazônico. In: SCHERER, E. Questão Social na Amazônia. Manaus, EDUA, 2009.
- ZART, L. L. Encantos, Caminhos e Desencantos: migração-colonização na Amazônia mato-grossense. Cáceres: Editora Unemat, 2005.